

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data 1/1/
Cod. XV D 00111

DISCURSO DO INDIO XAVANTE MARIO JURUNA - DEPUTADO FEDERAL DO CONGRESSO BRASILEIRO, NA CONFERENCIA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (O.N.G) EM GENEBRA-SUIÇA, NO COMMITÉE ON HUMAN RIGHTS (O.N.U).

Companheiros,

Convidado oficialmente pela INTERNATIONAL INDIAN TREATY COUNCYL, e do meu irmão WILLIAM MEANS, eis-me aqui, Xavante de Namunkurá, como representante das comunidades indígenas habitantes no Brasil, e também na condição de 1º índio com assento na Câmara dos Deputados e Presidente da Comissão do Índio no Parlamento Brasileiro, para levar ao conhecimento dos meus irmãos índios de todos os continentes, aqui representados pelas suas mais expressivas lideranças, a situação do índio no Brasil e informar dos nossos esforços para livrar-nos da discriminação que o povo índio sofre e da luta pela sua auto-determinação.

Com quase 500 anos de colonização não índia no Brasil a população indígena que era estimada em mais de 6 milhões, hoje está reduzida a 120 mil índios.

As fronteiras de ocupação do nosso território avança a uma velocidade tal, que nos últimos 20 anos, as terras dos índios foram reduzidas a mais da metade.

Neste mesmo período o Governo Brasileiro, criou o Estatuto do Índio visando salvaguardar os últimos sobreviventes das nações indígenas.

Entretanto a aplicabilidade desta lei tem sido muito difícil, pois encontra barreiras intransponíveis noutras legislações também criadas para promover a ocupação econômica das mesmas áreas defendidas pela legislação de proteção ao índio.

Ajudados por grupos de idealistas e defensores dos direitos dos índios, as próprias comunidades indígenas no Brasil, foram tomando consciência do seu papel e exigindo através até mesmo de luta armada, o respeito ao seu território.

Os movimentos reivindicatórios dos índios, foram sendo vítimas de repressão também armada e vários líderes indígenas tombaram assassinados covardemente por pistoleiros de aluguel, a soldo dos segmentos invasores das terras indígenas. Vale lembrar com o maior respeito o nome do valoroso companheiro Guarani Marçal de Souza, a mais recente vítima da opressão colonizadora contra o povo índio no Brasil.

Reuniões e encontros são promovidos no Brasil, entre as lideranças indígenas. E estes congressos vão lentamente aumentando a resistência do povo indígena.

A minha própria eleição como Deputado Federal, eleito por não índios é o resultado não só da minha luta pessoal em defesa do meu povo, mas também, em consequência da conscientização da opinião pública brasileira sobre o problema do índio.

A minha presença no Congresso Brasileiro, chocou as alas mais conservadoras da sociedade brasileira que, não aceitavam ver um índio representante de uma etnia vencida, ao lado dos tidos como vencedores, participando igualmente através do voto, do direito de legislar.

Enfrentando discriminações culturais, procurei afirmar-me como representante das comunidades indígenas no poder legislativo e por proposta minha foi criado na Câmara dos Deputados, composta por 25 membros, a Comissão do Índio, tendo sido eu, eleito o seu primeiro presidente, cargo que ainda ocupo até hoje.

Esta comissão vem acompanhando desde sua instalação Outubro de 1983, todos os atos do Governo e do poder Legislativo sobre os índios no Brasil e tem sido um forum de debates para os índios apresentarem em público os problemas que enfrentam.

Mesmo com esses avanços que conseguimos, através de nossa presença no Congresso Brasileiro, o próprio Governo tentou inclusive cassar o meu mandato de Deputado Federal, quando no ano passado, no plenário da Câmara defendia os índios Pataxó e acusava os Ministros de Estado de estarem comprometidos com o roubo das terras dos índios.

Isto mostra as dificuldades que o índio no Brasil ainda enfrenta para ter voz e defender o que mais nos é caro, que é a terra.

Neste momento, preocupa-me a situação que se encontra os meus irmãos Sateré Maué, e Munduruku, habitantes no Amazonas, que tiveram suas terras invadidas pela empresa estatal Francesa ELF AQUITAINE, em pesquisa petrolífera com autorização concedida pelo Governo Brasileiro.

A estatal Francesa ELF AQUITAINE, além da invasão do território indígena, nos seus trabalhos em busca do petróleo provocou incalculáveis prejuízos aos Munduruku e Sateré-Maué, através de derrubadas da mata, abate de animais silvestres e deixou em toda extensão do território, várias bombas de dinamite sem explodir, colocando em risco a vida dos índios. 04 índios Sateré-Maué morreram em consequência do manuseio das bombas da ELF AQUITAINE e depois de várias denúncias foram retirados de dentro das matas 197 bombas de dinamite.

A ELF AQUITAINE, está fugindo de sua responsabilidade criminal sob alegação de que teria indenizado os prejuízos, o que não ocorreu, pois os índios continuam reclamando sobre os danos e responsabilizando aquela empresa pela morte de seus irmãos e do risco que correram e que correm com o seu território completamente "minado", pelos explosivos enterrados em toda área Munduruku e Sateré-Maué.

Destaco também o que ocorreu com o povo WAIMIRI - ATROARI, que em 1970 eram 3.000 índios e hoje são apenas 500 índios. O seu território e reserva foi cortado pela estrada que liga Brasília-Caracas, na Venezuela, e em consequência disto muitos índios morreram.

Em 1981, a reserva WAIMIRI-ATROARI, foi extinta e 1/3 da área foi entregue a empresa mineradora PARANAPANEMA, para instalação de um projeto de extração de Cassiterita (Estanho), que contou com um investimento de 27.750.000 US\$ dólares. Dentro do território indígena o Projeto já se encontra instalado e os índios cuja maioria ainda não tiveram contato com a sociedade brasileira vive fugindo da presença de estranhos em seu habitat.

Por outro lado, está sendo construído uma hidrelétrica no rio Uatumã, conhecida como BALBINA, que ao represar o rio formará um grande lago, inundando outra parte do território WAIMIRI ATROARI.

A sociedade brasileira, através de empresas de mineração, projetos agrícolas, hidrelétricas, estradas, está avançando desodernadamente e com rapidez contra o território WAIMIRI ATROARI, provocando o seu extermínio como povo. Muito se tem denunciado sobre o assunto, entretanto pouco se tem conseguido em defesa dos WAIMIRI-ATROARI.

Alerto também sobre a situação dos 9.000 YANOMAMI, que habitam a região fronteira do Brasil com a Venezuela, que apesar de ter o seu território aparentemente protegido por uma interdição legal, encontra-se invadido por garimpeiros de ouro e cassiterita e tem sido alvo de investida de empresas de grande porte na exploração de minérios raros.

Os YANOMAMI mantem pouco contato com a sociedade brasileira, desconhecendo completamente que o seu território seja alvo de interesses maiores e o que vem sendo planejado por organismos do Governo Brasileiro e empresas estatais e particulares, que pretendem ocupar aquela área com projetos desenvolvimentistas voltadas para a sociedade brasileira, não considerando o direito assegurado naturalmente àquela nação indígena e pela própria Constituição do Brasil.

A proposta de criação do Parque YANOMAMI, continua em estudo pelo Governo Brasileiro, que apesar das denúncias e esforços de todos que trabalham em defesa dos índios, a assistência dispensada pelo órgão oficial de assistência, ainda é muito precária, ocorrendo registros de epidemias evitáveis, e de outras doenças epidemológicas.

Por isto é necessário que o Parque dos YANOMAMI, seja imediatamente criado, demarcado o seu território e implantado um trabalho de assistência efetiva na área, principalmente de saúde preventiva.

Eis companheiros, apenas 04 casos específicos da situação dos índios no Brasil. Os Munduruku, os Sateré-Maué, os Waimiri-Atroari e os Yanomami, estão entre cerca de centenas de grupos na mesma situação.

Exemplifiquei estes casos, para que os companheiros tenham noção da situação dos índios no Brasil. Embora sabendo que cada Nação Indígena enfrenta problemas particularizados, há entretanto um inimigo comum, o avanço acelerado da sociedade brasileira rumo aos territórios dos índios.

E este avanço, se deve, nestes últimos 20 anos, à corrida desenfreada e descontrolada, do acúmulo de riquezas, próprio do capitalismo dependente em que se encontra o Brasil diante de seus credores internacionais.

É necessário que a comunidade internacional, levante sua voz em defesa dos povos indígenas do mundo, sob pena de sucumbirmos vítimas desta ordem econômica que já avassala os países do terceiro mundo.

Os índios precisam ser reconhecidos como povos independentes e capazes de gerir seus próprios destinos e para isto é necessário que os seus territórios sagrados, berços de suas tribos, sejam respeitados como espaço indispensável a sobrevivência de cada povo.

Era o que tinha a dizer.

Mário Juruna

Xavante de Namunkurá
Deputado Federal (PDT)
Presidente da Comissão do Índio
Câmara dos Deputados
Congresso do Brasil